

A DISTORÇÃO NEOLIBERAL DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE ADAM SMITH SEGUNDO NOAM CHOMSKY E AMARTYA SEN

Édil Carvalho Guedes Filho¹
Wesley Heleno de Oliveira²

Resumo

Adam Smith é considerado um dos fundadores do liberalismo clássico. Ele é apresentado, com razão, como o organizador da nova ciência da economia, que tem por objetivo compreender, prover e maximizar as riquezas e os confortos de uma sociedade. Descreveu em certa medida uma nova sociabilidade engendrada nas transações econômicas, emergindo a partir disso uma sociedade comercial, materialmente próspera dentro da ordem política. A riqueza advém da oportuna e correta divisão do trabalho. O trabalho se vê e se faz, a partir da obra smithiana, autêntico substrato da ordem econômico-social. Mas Adam Smith não limitou exclusivamente a vida em sociedade às relações econômicas, notadamente as comerciais. Também não reduziu a motivação humana ao estrito autointeresse, vinculado ao amor-próprio. Como filósofo moral, ele nunca se declarou economista, e considerou que a sensibilidade, a consciência e as virtudes morais têm papel primordial na constituição de uma sociedade humana genuinamente desenvolvida. A apropriação que seus seguidores atuais e a abordagem econômica neoliberal fazem de Smith desfigurou o seu legado. Neste artigo, depois de introduzirmos brevemente a apropriação neoliberal do pensamento smithiano, apresentamos a crítica de Noam Chomsky e de Amartya Sen a esta perspectiva, desvelando o processo de redução e distorção dos conceitos originais do pensador escocês, buscando ao mesmo tempo resgatar um pouco de sua rica contribuição à compreensão do agir e da vida social humanos, notadamente o modo pelo qual estes se manifestam em nosso tempo.

Palavras-chave: Economia Política. Ética. Liberalismo. Neoliberalismo. Crítica.

THE NEOLIBERAL DISTORTION OF ADAM SMITH'S ECONOMIC THOUGHT ACCORDING TO NOAM CHOMSKY AND AMARTYA SEN

Abstract

Adam Smith is considered one of the founders of classical liberalism. He is rightly considered the organizer of the new science of economic reality, which aims to understand, provide, and maximize a society's wealth and comforts. He described to some extent a new sociability engendered in economic transactions, emerging from that a commercial society, materially prosperous within the political order. Wealth comes from the timely and correct division of labor. The work is seen and made, based on Smith's work, an authentic substrate of the economic-social order. But Adam Smith did not exclusively limit life in society to economic relations, especially commercial ones. Nor did he reduce human motivation to strict self-interest, linked to self-love. As a moral philosopher, he never declared himself an economist, and considered that sensitivity, conscience, and moral virtues play a major role in constituting a genuinely developed human society. Smith's appropriation of his current followers and neoliberal economic approach has disfigured his legacy. In this article, after briefly introducing the neoliberal appropriation of Smithian thought, we present Noam Chomsky and Amartya Sen's critique of this perspective, unveiling the process of reduction and distortion of the Scottish thinker's original concepts, while seeking to rescue some of his rich contribution to the understanding of human action and social life, notably the way in which they occur in our time.

Keywords: Political Economy. Ethics. Liberalism. Neoliberalism. Criticism.

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994), mestrado (1999) e doutorado (2009) em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. É autor do livro *A ECONOMIA COMO SISTEMA DA REPRESENTAÇÃO EM KARL MARX*, publicado em 2014 pela Editora Unisinos, integrando a Coleção Focus. Site pessoal: <http://edilguedes.com.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2406-6867>. E-mail: edilcgf@gmail.com.

² Graduado em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu (2005); graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Centro Universitário Assunção (2012); Mestrando em Filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, desenvolvendo a pesquisa "Cultura Plural e Homem Moderno: subjetividade e alteridade no pensamento de Michel de Certeau", sendo orientado pelo Prof. Dr. João Augusto Anchieta Amazonas Mac Dowell. Participo no grupo de pesquisa Rephil (Filosofia da Religião), cujo responsável é o Prof. Dr. Daniel de Luca Silveira de Noronha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0894-2612>.

INTRODUÇÃO

Adam Smith é por muitos considerado o pai da economia política, ciência nova, contemporânea da emergência da sociedade civil-burguesa e da economia mercantil-capitalista moderna, que surgiu com o objetivo de compreender como prover e mesmo ampliar a disponibilidade de bens materiais em uma sociedade. Curiosamente, o próprio Smith não se identificou como economista,³ mas sim como professor de filosofia moral. Na universidade tinha por tarefa lecionar, entre outros assuntos, teologia natural, jurisprudência, moral e economia. Seu pensamento político-econômico pode ser considerado liberal e, mais do que isto, é comumente assumido como uma das fontes matriciais do liberalismo clássico. Não obstante, sua obra *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776) muitas vezes é interpretada – por aqueles que se querem seus seguidores e admiradores – de modos, no mínimo, questionáveis. Diversas e divergentes leituras de sua metáfora da “mão invisível” – empregada uma única vez em seu tratado econômico –, e de seu alcance explicativo, conduziram a imprecisos comentários.

Neste artigo, pretendemos refletir sobre o pensamento smithiano acerca da concepção do ser humano como agente moral e econômico, refletindo sobre a noção de sociedade comercial que ali se desenvolve e sobre algumas de suas principais implicações. O caminho escolhido para esta abordagem inicia-se com uma breve incursão no modo como o pensamento neoliberal desfigura o legado smithiano, não apenas subvertendo as ideias político-econômicas de Smith, como também sustentando falsa dicotomia entre economia e moral em sua obra. O segundo passo a que nos propomos consistirá em recorrer a dois intérpretes contemporâneos do autor escocês, que são Amartya Sen, economista – merecedor do Prêmio Nobel em 1998 – e filósofo, e Noam Chomsky, linguista e intelectual público, que em suas pertinentes abordagens sobre o pensamento smithiano, substancialmente críticas a essas leituras convencionais, auxiliam-nos a revelar a sua problemática redução por boa parte da economia contemporânea, a despeito da reverência que muitos desses intérpretes consideram nutrir em relação ao pensador escocês. Mais do que isto, o modo pelo qual algumas noções e categorias smithianas são apropriadas e divulgadas tem enorme peso na constituição de um universo

³ Como o fizeram, antes dele, os Fisiocratas, pensadores econômicos franceses, liderados pelo médico François Quesnay, na segunda metade do século XVIII.

simbólico e de um senso comum justificadores de uma sociabilidade e de uma ordem político-econômica sem efetiva conformidade à autêntica perspectiva smithiana.

Chomsky e Sen, ao comentar Adam Smith, mesmo com suas formações e identidades intelectuais bastante distintas, convergem ao enfatizar a postura ética daquele grande pensador, inclusive quando ele escreveu sobre economia política. Indicam, cada qual em seu registro próprio, os efeitos perversos que o divórcio entre ética e economia pode promover ou ensejar, como quando se veem derrogar os direitos ou as possibilidades reais de trabalhadores e dos mais fragilizados da sociedade de mercado. Ademais disto, ambos consideram que a obra de Smith pode oferecer-nos importantes recursos heurísticos para pensar a sociedade do nosso tempo e problematizar este afastamento da vida, da teoria e da política econômicas em relação aos seus fundamentos ético-políticos.

APROPRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO CONVENCIONAIS DO PENSAMENTO DE ADAM SMITH SOBRE O AGIR ECONÔMICO E A VIDA SOCIAL

A abordagem econômica neoclássico-marginalista, cujo desenvolvimento teve curso primeiramente entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do século XX, e que encontra em autores como Léon Walras, William Stanley Jevons e Karl Menger os seus principais representantes, considera-se herdeira de Adam Smith no que respeita à sua compreensão do agente humano e de seu agir econômico. Mas essa suposta herança é assumida de forma claramente diversa, como nos mostra Angela Ganem:

O sujeito smithiano, complexo, cortado pela moralidade e dependente do outro dá lugar ao chamado Homem Econômico Racional, dotado de decisões isoladas, onipotentes, maximizadoras. A racionalidade reduzida a um cálculo, tem como objetivo garantir uma ordem do mercado equilibrada, estável e ótima através de um mecanismo de ajuste automático de preços. Em verdade o projeto acabou por se expressar num mito da ordem racional e a demonstração da estabilidade geral uma impossibilidade. (p. 11)

Muitas vezes, ao referir-se o legado smithiano, tomando-o como referência matricial de suas próprias convicções, autores contemporâneos filiados ao novo *mainstream economics*, inaugurado pela assim-chamada revolução neoclássico-marginalista, aderiram à perspectiva – tão acalentada – que afirma a existência de uma relação paradoxal,⁴ portanto insustentável, entre as duas obras publicadas por Smith, e entre as visões do agente humano que

⁴ Conferir, a este respeito, os excelentes artigos de BIANCHI e SANTOS (2005), *Adam Smith: filósofo e economista*, e de CERQUEIRA (2008), *Sobre a filosofia moral de Adam Smith*.

lhes correspondem. De um lado, o sujeito moral solidário, de outro, o homem econômico egoísta. Outras tantas vezes, assume-se a posição supostamente defendida na obra econômica, sem a problematizar, simplesmente abstraindo qualquer consideração sobre a filosofia moral smithiana, ainda que Smith tenha reeditado por mais cinco vezes a sua Teoria dos Sentimentos Morais, e anunciado, na Advertência ao Leitor da sexta edição, de 1790, ano de sua morte, o propósito de compor uma espécie de trilogia sobre a vida social humana, da qual fariam parte a obra de Economia Política, já publicada, e um Tratado de Jurisprudência, ainda por ser escrito, se o tempo que lhe restava de vida permitisse. (ver SMITH, 1984, p. 3)

Este modo de se considerar a herança smithiana reaparece com muita força no pensamento econômico neoliberal, em suas duas acepções mais correntes. A primeira delas refere o conjunto de doutrinas surgidas no período entre as duas grandes guerras mundiais, que consideravam a necessidade de reformar as instituições vigentes e a atuação do Estado, de modo a recobrar e salvaguardar as liberdades perdidas, restituindo as condições para que a economia de mercado possa afirmar plenamente a sua natureza autorreguladora. Como bem sintetiza Paul Hugon (1995):

A noção de Estado liberal, segundo a qual as funções deste se restringiriam à segurança e ao arbítrio, tal como as definiram Mercier de La Rivière, no século XVIII, e clássicos ingleses, no século XIX, transmuda-se, na doutrina neoliberal, em uma visão de Estado liberador, liberador de todos os obstáculos opostos ao livre funcionamento do mecanismo dos preços. E, uma vez obtido esse resultado, sua intervenção se reduzirá a fiscalizar o mercado econômico, a fim de evitar engendrar concorrência, tal como se deu no passado, o monopólio ou quase monopólio. Nesse sentido é que o neoliberal Louis Baudin assim se exprime: “*O Estado deve ser um soberano que prepara a sua própria abdicação*” (p. 153).

A segunda acepção já refere uma abordagem mais contemporânea, também mais difusa, mas claramente associada à primeira, como nos mostra, com propriedade, Paulo Sandroni (1999):

Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais, a abertura da economia e sua integração mais intensa no mercado mundial (p. 421).

Aparentemente, há clara linha de continuidade entre a teoria smithiana, a afirmação jevonsiana da “mecânica do interesse individual e da utilidade” (JEVONS, 1996, p. 22, 58) e a busca neoliberal de resgatar a “ordem natural da vida econômica”, com a eliminação de todos os estorvos que se impuseram ao longo do século XX à mais livre iniciativa individual. Afinal,

como escrevem Oliveira e Gennari (2009), em sua *História do pensamento econômico*, é exatamente esta a ideia mestra representada pela metáfora mais famosa do pensador escocês:

78

O bem-estar humano sempre esteve presente na teoria de Smith. Para o pensador da economia política, o bem-estar econômico estaria relacionado ao livre jogo das forças de mercado que comandaria, por meio de uma mão invisível, as ações egoístas dos indivíduos, que, buscando seus interesses individuais, atingiriam, como por derivação, o bem-estar geral da sociedade (p. 66).

Os mesmos intérpretes já haviam considerado o seguinte sobre a importância formadora do pensamento de Smith, uma espécie de patrono do pensamento burguês moderno:

Não são poucas as razões que levaram o pensamento de Adam Smith a ser considerado o precursor da ciência econômica e o próprio Smith a ser considerado o “pai” da disciplina. Talvez a mais importante resida no fato de que a sua obra consubstanciou de forma extraordinária a síntese do novo pensamento burguês, no campo da economia. Incorporou as ideias de Hobbes de que os homens em seu egoísmo inato seriam tragados a um estado bestial, caso não houvesse a força coercitiva de um poder maior, que poderia ser a força do Estado. Entretanto, no pensamento de Smith, o egoísmo e a competição generalizada assumiram uma interpretação e uma importância inusitadas como aspectos benéficos e inatos ao homem (p. 60).

Temos aqui, pois, uma síntese exemplar de como o pensamento de Smith tem sido comumente apreendido e ensinado, o que, indubitavelmente, constitui uma das razões de sua tão ampla e entusiasmada difusão. Mas por que razões Chomsky e Sen não se podem inscrever a esta leitura, como precisam torná-la objeto de contundente crítica? Quais os impactos dessas interpretações sobre os nossos esforços de bem compreender, tanto a obra deste grande pensador escocês, quanto a complexa condição do agente social humano em nossa circunstância espaço-temporal.

A CRÍTICA DA LEITURA NEOLIBERAL DE SMITH POR NOAM CHOMSKY

Noam Chomsky é um nome de destaque da chamada nova esquerda, cientista renomado no campo da Linguística, e atualmente uma presença de envergadura como intelectual público. É um crítico ferrenho do neoliberalismo e do que ele chama de “pseudodemocracia”, associada à defesa do mercado livre, que favoreceria a restrita elite opulenta em detrimento dos direitos mais fundamentais do restante da população empobrecida.

Segundo Chomsky, Adam Smith e os liberais clássicos do século XVIII defendiam que as pessoas “deviam ser livres”, ou seja, não deveriam estar sob o “controle de instituições autoritárias”, nem irremediavelmente presas à “divisão do trabalho que as destrói”. É certo para Chomsky que, se Smith era “a favor dos mercados”, esta posição se subordinava à possibilidade

de estes viabilizarem circunstâncias de maior liberdade e, correlativamente, também maior igualdade entre os homens, no que respeita à garantia das condições básicas da vida e à busca por uma vida mais confortável (CHOMSKY, 2005, p. 298). Na base do ideário smithiano, estava assegurado que o que define uma pessoa humana, em sua afirmação mais plena, inclui, necessariamente, um sentido elementar de solidariedade social, o reconhecimento de uma igual dignidade fundamental e o direito ao controle do próprio trabalho – tudo aquilo que, na avaliação de Chomsky, é “o exato oposto do capitalismo” (CHOMSKY, 2005, p. 298), tal como este efetivamente se desenvolveu. O argumento básico smithiano concerne a alguma forma necessária de equilíbrio entre os diversos ofícios e empregos, com uma distribuição mais ou menos igualitária de suas vantagens e desvantagens; caso contrário, se em uma mesma região houvesse um notório desequilíbrio, as pessoas tenderiam a abandonar os postos de trabalhos desvantajosos e se aglomerariam no único vantajoso, o que seria o colapso do próprio mercado, pois solaparia os seus alicerces e destituiria a sua significação e propósito originais.⁵ Nesta perspectiva, pois, igualdade e liberdade condicionam-se reciprocamente. Sem condições mais igualitárias para proporcionar uma competição com vantagens semelhantes para todos os envolvidos, sem que haja alguma simetria entre as partes, não se têm as condições da vida social preconizadas pelo liberalismo clássico. E sem essa possibilidade de o agente deliberar sobre o que lhe seja mais útil ou realizador, de escolher aquilo que efetivamente lhe seja desejável ou pertinente, não há como garantir maior igualdade. São justamente esses pressupostos que, para Chomsky, tornam o liberalismo clássico e, particularmente, o smithiano, a rigor, *anticapitalista* (CHOMSKY, 2005, p. 298).

O intelectual estadunidense, portanto, considera que este pensamento foi distorcido pelos leitores atuais que leem e interpretam Smith de modo muito diverso, quando não contrário ao que Smith de fato sustentou. Chomsky denuncia inclusive alguns acadêmicos que reeditaram *A Riqueza das Nações*, numa vistosa edição para estudos, em virtude do bicentenário de sua publicação original. Isto se deu pelos auspícios da *University of Chicago Press*, com introdução redigida por George Stigler, renomado economista norte-americano, ganhador de um Nobel em economia, na qual este teria deturpado os argumentos de Smith. Chomsky nos oferece dois

⁵ Conferir, a respeito: Mitchell, Peter R.; Schoeffel, John (Ed.) *The footnotes of Understanding Power*. The indispensable Chomsky, p 20, nota 34. Ver também o próprio texto smithiano: SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Editors R. H. Campbell, A. S. Skinner & W. B. Todd. Indianápolis: Liberty Fund, 1981, v. I, Book I, ch. X, p. 132 (esta edição é a reprodução fotográfica do primeiro tomo do segundo volume de *The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith*, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1979).

exemplos textuais dessas distorções: primeiro, no prefácio, Stigler alterara um relato denunciatório de Smith, recontando que os ingleses eram explorados pelos colonos, enquanto na percepção de Smith acerca das colônias americanas, a exploração sofrida pelos colonos era “muito dolorosa”, e assim também o era com a exploração do povo simples na Inglaterra pelas políticas ditadas e controladas por uma elite econômica inglesa, nomeadamente os comerciantes e fabricantes. Na leitura crítica de Chomsky, Stigler também teria sido intelectualmente desonesto ao “higienizar”, por assim dizer, a dura asserção smithiana sobre “essa que parece ter sido, em todas as épocas do mundo, a máxima vil dos senhores da humanidade”: “Tudo para nós e nada para os outros”.⁶ Outro ponto importante é a divisão do trabalho. Smith considerava a desumanizante em grande medida – e não apenas um modo eficaz de organizar a produção de riquezas – e, segundo Chomsky, a contundente passagem⁷ do livro V da obra econômica de Smith, em que este tece considerações críticas sobre os efeitos perversos da divisão do trabalho sobre a grande massa de trabalhadores sequer aparece no índice da edição comemorativa, “ela simplesmente não está lá” (CHOMSKY, 2005, p. 298).

Conforme nos recorda Chomsky, os pais do liberalismo clássico, no século XVIII, tinham uma concepção do ser humano e de como este pode viver uma vida plena e gratificante. Em linhas gerais o homem é formado pelo trabalho que exerce, bem como pela forma de controle e criatividade com que exerce seu trabalho na liberdade de suas escolhas e decisões. Mas é sempre possível admirar a laboriosidade do trabalhador e a qualidade do produto por ele

⁶ “All for ourselves, and nothing for other people, seems, in every age of the world, to have been the vile maxim of the masters of mankind”. (SMITH, 1981, p. 418)

⁷ Vejam-se a expressividade e a lucidez do pensador escocês ao refletir sobre as condições a que se submetia o trabalhador sob a divisão parcelar do trabalho: “In the progress of the division of labour, the employment of the far greater part of those who live by labour, that is, of the great body of the people, comes to be confined to a few very _ simple operations; frequently to one or two. But the understandings of the greater part of men are necessarily formed by their ordinary employments. The man whose whole life is spent in performing a few simple operations, of which the effects too are, perhaps, always the same, or very nearly the same, has no occasion to exert his understanding, or to exercise his invention in finding out expedients for removing difficulties which never occur. He naturally loses, therefore, the habit of such exertion, and generally becomes as stupid and ignorant as k is possible for a human creature to become. The torpor of his mind renders him, not only incapable of relishing or bearing a part in any rational conversation, but of conceiving any generous, noble, or tender sentiment, and consequently of forming any just judgment concerning many even of the ordinary duties of private life. Of the great and extensive interests of his country, he is altogether incapable of judging; and unless very particular pains have been taken to render him otherwise, he is equally incapable of defending his country in war. The uniformity of his stationary life naturally corrupts the courage of his mind (...) It corrupts even the activity of his body, and renders him incapable of exerting his strength with vigour and perseverance, in any other employment than that to which he has been bred. His dexterity at his own particular trade seems, in this manner, to be acquired at the expence of his intellectual, social, and martial virtues. But in every improved and civilized society this is the state into which the labouring poor, that is, the great body of the people, must necessarily fall, unless government takes some pains to prevent it” (SMITH, 1981, p. 781-782).

feito, desde que sub-repticiamente desprezando a sua pessoa, negligenciando-se a sua humanidade:

Então, por exemplo, um dos fundadores do liberalismo clássico, Wilhelm von Humboldt (o qual, aliás, é muito admirado pelos chamados “conservadores” de hoje em dia, porque não o leem), destacou que, se um operário produz um belo objeto por encomenda, você poderá “admirar o que o operário faz, mas desprezará o que ele é” – porque isto não é comportar-se realmente como um ser humano, é apenas comportar-se como uma máquina. E esta concepção percorre o liberalismo clássico inteiro. De fato, mesmo meio século depois, Alexis de Tocqueville chamou a atenção para que é possível ter-se um sistema em que “a arte progride e o artesão regride”, mas isso é desumano – porque aquilo em que se está realmente interessado é no artesão, se está interessado em gente, e, para que as pessoas tenham a oportunidade de levar vidas plenas e gratificantes, elas precisam ter o controle daquilo que fazem, mesmo que isso seja economicamente menos eficiente (CHOMSKY, 2005, p. 299).⁸

O linguista, que tem militado contra a política econômica e as relações internacionais dos Estados Unidos, apresenta seu entendimento sobre o que nomeia neoliberalismo em outro livro, intitulado, sugestivamente, *O lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. Chomsky (2002, p. 21) busca esclarecer os termos, salientando que é necessário distinguir a *doutrina* da *realidade*. Em seu entendimento, o neoliberalismo é um “sistema de princípios que, ao mesmo tempo em que é novo, baseia-se em ideias liberais clássicas” e tem na figura de Adam Smith o “seu reverenciado santo padroeiro”, para ficarmos com a sua expressão. Nos EUA essa doutrina econômico-política foi conhecida como o *Consenso de Washington* e implicaria, na percepção de Chomsky, um ordenamento econômico global. A doutrina em si mesma não seria nova, contudo, os pressupostos se veem claramente apartados dos princípios que fundaram a tradição liberal desde os tempos iluministas.

O assim chamado *Consenso de Washington* é um conjunto de princípios “orientados para o mercado”, cujas regras básicas são:

Liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (“ajustes de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização. Os governos devem ‘ficar fora do caminho’ e a população também, se for governo democrático. Aqueles que impõe o “consenso” têm grande impacto sobre a ordem global’ (CHOMSKY, 2002, p. 21-22).

⁸ Chomsky tem consciência do quanto se modificaram e do quanto se perdeu desses princípios liberais ao longo dos dois últimos séculos, mas considera que “essas concepções liberais clássicas hoje deviam ser recuperadas, e as ideias em seu âmago deviam criar raízes em uma grande escala”. (ibidem) Ele considera haver enorme proximidade entre esses ideais e os do que se denominou anarcossindicalismo, aos quais ele próprio se vê vinculado (p. 299-300) Esta relação, no entanto, não se pretende desenvolver aqui.

Para Chomsky aqueles que ditam as regras do referido consenso são as grandes instituições financeiras internacionais e a alta cúpula do governo dos Estados Unidos. Ele recorda que Smith já estava ciente de que “os grandes arquitetos” das políticas sociais e econômicas eram “os comerciantes e manufatores ricos”, que praticamente colocavam o poder do Estado a seu serviço, sob seus interesses, não importando o quão sofríveis fossem os resultados dessas ações para o restante da população inglesa. Na leitura de Chomsky, Smith “estava interessado na ‘riqueza das nações’, mas entendia que o ‘interesse nacional’ é, em grande parte, uma ilusão” (CHOMSKY, 2002, p. 22). A expressão, cunhada pelo próprio Smith – “arquitetos principais” –, visava a decifrar o sistema mercantil. Esse sistema beneficiaria principalmente àqueles que o projetaram às custas da grande maioria. Ouçam-se as palavras do próprio Smith a respeito:

Não pode ser muito difícil determinar quem foram os articuladores (*contrivers*) de todo esse sistema mercantil: que não os consumidores, podemos acreditar, cujos interesses têm sido totalmente negligenciados, mas os produtores, cujos interesses têm sido tão cuidadosamente atendidos; e, entre esta última classe, nossos comerciantes e manufatores têm sido, de longe, os *principais arquitetos*. (SMITH, 1981, p. 661)

Smith ainda diz muito mais sobre esta relação entre poder econômico e poder político, quase sempre valendo-se de expressão forte e muito contundente. Vejam-se alguns exemplos:

Ora, o interesse dos negociantes, em qualquer ramo particular de comércio ou de manufatura, é sempre, sob algum aspecto, diferente do interesse público, e até se lhe opõe. Alargar o mercado e estreitar a concorrência é sempre do interesse dos empresários. Ampliar o mercado pode frequentemente ser agradável ao interesse público, mas limitar a concorrência sempre necessariamente o contraria, e só pode servir para possibilitar aos negociantes, pelo aumento de seus lucros acima do que naturalmente seriam, cobrar, para seu próprio benefício, um imposto absurdo dos demais concidadãos. A proposta de qualquer nova lei ou regulação do comércio que provenha de sua classe sempre deve ser ouvida com grande precaução, e jamais deve ser adotada antes de ser longa e cuidadosamente examinada, não somente com a atenção mais escrupulosa, mas também a mais desconfiada. Ela vem de uma categoria de pessoas cujo interesse nunca coincide exatamente com o do povo, pois ela geralmente tem interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, em muitas ocasiões, tanto o tem iludido quanto oprimido. (SMITH, 1981, 267)

Quando se trata das relações de força entre trabalhadores e empregadores, Smith não deixa dúvidas sobre a vultosa assimetria desse conflito, o que faz com que a relação, sob fachada contratual, tenha na verdade o caráter de coerção ou constrangimento: “Não é difícil prever qual das duas partes, em todas as ocasiões ordinárias, tem a vantagem na disputa, e força a outra a concordar com os seus termos”. (SMITH, 1981, p. 83) Dentre as vantagens dos patrões, encontra-se a já referida articulação entre poder político e econômico, que leva ao efeito de um

reforçamento recíproco: “Não há atos do Parlamento contra a combinação para reduzir o que se paga pelo trabalho; mas muitos são os atos que proíbem associações para elevar este valor”.

83

(ibidem) Ainda sobre o mesmo assunto:

Como já se disse, raramente ouvimos falar das associações entre patrões, ao passo que com frequência ouvimos falar das associações entre operários. Entretanto, *quem por causa disto imagina que os patrões raramente fazem combinações, é completamente ignorante em relação ao assunto*. Os patrões *estão sempre e em todo lugar em uma sorte de conluio tácito*, mas constante e uniforme, para não elevar os salários do trabalho acima da taxa vigente. Eles às vezes também entram em combinações particulares para afundar os salários do trabalho mesmo abaixo dessa taxa (SMITH, 1981, p. 84. Grifos nossos).

Além disto, acrescenta Smith, os patrões “nunca cessam de clamar alto pela assistência da autoridade e pela execução rigorosa das leis estabelecidas com tanta severidade contra as associações dos serviçais, operários e diaristas” (SMITH, 1981, p. 85).⁹

Tudo isso já era francamente inaceitável para Smith na Grã-Bretanha do século XVIII, e agora, continua sendo para Chomsky nos EUA do século XXI: as grandes teses econômicas beneficiam sobremaneira aos grandes arquitetos da sociedade, jamais à classe trabalhadora ou ao conjunto da população. Chomsky (2002) chama nossa atenção às variantes da doutrina neoliberal, ao mesmo tempo que, nas entrelinhas, apresenta a sua crítica e expressa a sua perplexidade diante da realidade que se lhe apresenta. Afirma que o princípio do “livre mercado” apresenta “duas variantes”: a primeira é a “doutrina oficial imposta aos indefesos [a parte mais pobre da sociedade e os trabalhadores comuns]”. A segunda é a que ele nomeia “doutrina do livre mercado realmente existente” (p. 39). Segundo ele, esta é a doutrina que prevalece desde o século XVII, quando a Grã-Bretanha despontou como Estado superpotente da Europa, com “aumento de impostos e administração pública” eficiente para “controlar as atividades fiscais e militares” do Estado, bem como a sua “expansão global” (ibid.).

Mais escandaloso para Chomsky é o que vem ocorrendo desde o final da 2ª Guerra Mundial, nos EUA e no mundo, com as chamadas empresas multinacionais, grandes instituições financeiras e o Governo, que ilustram o mercado livre “realmente existente”. Empresas como *Boeing*, *Airbus* “devem sua existência ao subsídio público em larga escala”. Gigantes indústrias de computadores, automação e biotecnologia seguem o mesmo padrão. Tais iniciativas privadas e megaempresas não sobrevivem por si mesmas, como se cada uma delas

⁹ É preciso observar que Smith apostava no crescimento econômico como a única condição para que os patrões pudessem voluntariamente violar “o seu natural conluio tácito para não elevar os salários” (p. 121), pois apenas a escassez relativa de mão-de-obra, provocada pela expansão da economia, poderia ensejar algum poder de barganha aos trabalhadores. Cf. SMITH, 1981, p. 86.

atuasse como “livre empresa pura, competitiva e não-subsidiada”, pois o governo, em situações nas quais elas passam por dificuldades, está sempre na retaguarda como a sua “única salvação”. (CHOMSKY, 2002, p. 42)

Em *Réquiem para o sonho americano* (2018), Chomsky constata que o tão desejado “sonho americano” está degradando-se. Este sonho caracteriza-se pela esperança de uma pessoa que, embora nasça pobre, possa encontrar meios de trabalhar duro e enriquecer (ou, ao menos, alcançar um nível considerável de bem-estar material). Isto está em colapso, denuncia Chomsky. Há um “círculo vicioso” entre riqueza, poder e legislação: política tributário-fiscal, desregulamentação, regras de governança corporativa e uma série de medidas políticas protetivas. Isto engendra o aumento e a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoritária elite opulenta. Para Chomsky, Adam Smith já conhecia esse mecanismo de concentração de riqueza. Se, para Smith, como se viu, os principais “arquitetos” da sociedade econômica eram os comerciantes e fabricantes, para Chomsky, hoje eles são as instituições financeiras e as corporações multinacionais (CHOMSKY, 2018, p. 14).

Chomsky considera que Smith propugnou a “livre circulação do trabalho”, que é a base do sistema de livre comércio. Contudo, hoje, os trabalhadores estão “presos” às condições de trabalho e salário precários (nos EUA apenas 7% das categorias profissionais tem sindicato para defender seus interesses), enquanto os ricos e super-ricos estão protegidos. Chomsky recordou que Alan Greenspan (ex-presidente do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos), em seu testemunho no Congresso americano em 1978, declarou que o sucesso ao conduzir a economia estava baseado no que ele chamou de “insegurança maior entre os trabalhadores” (p. 56). Tal insegurança, como a base de sustentação daquele “sucesso”, consistia, pois, em mantê-los sob controle para que *não* demandassem melhores salários, boas condições de trabalho, dificultando outrossim a sua livre associação (ibid.) O resultado disto é a precarização crescente da classe trabalhadora:

Há um termo para eles que vem ganhando força também. Eles são chamados de “preariado”, ou “proletariado em situação precária” — ou seja, os trabalhadores do mundo que vão levando uma vida cada vez mais precária. Portanto, vemos o preariado vivendo com insegurança e precariedade, sobrevivendo do jeito que podem, muitos deles em terríveis condições de pobreza, além de outros sofrimentos (CHOMSKY, 2018, p. 68).

Para Chomsky, se Adam Smith baseou sua abordagem econômica no princípio da solidariedade, no atual neoliberalismo – cujos ideólogos o referem como seu “patrono” – a

solidariedade é atacada porque os “mestres da humanidade” a consideram fundamentalmente problemática:

A solidariedade é algo muito perigoso. Do ponto de vista dos senhores da humanidade, você só deve cuidar de si mesmo e não dos outros. É uma visão muito diferente daquela das pessoas que eles alegam considerar seus heróis, como Adam Smith, que baseou todo o seu enfoque à economia no princípio de que a simpatia é um traço fundamental da personalidade humana, mas, para os nossos senhores, isso tem que ser extirpado de nossas cabeças. Você tem que se preocupar apenas com si mesmo e seguir a máxima vil — “não se importar com os outros” —, atitude normal para os ricos e poderosos, mas devastadora para todo o restante da humanidade. Tem sido necessário muito esforço para apagar esse tipo de sentimento da cabeça das pessoas (CHOMSKY, 2018, p. 81).

Hodiernamente, nos EUA as grandes corporações e instituições financeiras investem contra a seguridade social, que, para Chomsky, está justamente fundada no princípio da solidariedade. Mas a seguridade social, porquanto ofereça proteção a tantos, não são úteis ao grande capital. São apenas gastos, não promovem, nem favorecem a valorização do valor. O ataque à seguridade social da grande massa de trabalhadores é uma constante na agenda de políticas econômicas neoliberais. Assim se vê constituir-se, segundo conclui Chomsky (2017, p. 57-60), verdadeira “*plutonomia*¹⁰ internacional”.

Teríamos de aceitar esses “mecanismos” como se fossem uma lei da natureza? Para Chomsky, se levarmos a sério a perspectiva do liberalismo clássico, a resposta é, inequivocamente, “não”. Como vimos, para Smith, em uma sociedade civilizada, toda sorte de injustiça ou de desrealização deve fazer-se objeto de uma ação governamental, pois esta deve sempre zelar para que os efeitos da prosperidade material se tornem extensivos até as camadas mais simples da população.¹¹

A CRÍTICA DE AMARTYA SEN À LEITURA DE SMITH FEITA PELA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

O notável pensador indiano Amartya Sen recobra a questão humana fundamental, proposta por Sócrates e fundadora da ética, da qual a ciência econômica acabou por desvencilhar-se: *como devemos viver?* A questão é que a economia e a ética passaram a ver-se

¹⁰ Plutonomia (do grego: *ploutos* (riqueza) e *nomos*: lei; une plutocracia e economia): o termo foi utilizado por Ajay Kapur e outros analistas do Banco Citigroup, para descrever que o crescimento econômico se concentra e é usufruído somente pela parte mais rica da sociedade, gerando desigualdades e desequilíbrios.

¹¹ Veja-se como Smith aborda essa estreita e necessária relação entre uma sociedade bem governada, a dinâmica do mercado e a extensão dos seus benefícios aos mais simples desde o primeiro capítulo do Livro I de sua obra econômica (SMITH, 1981, *passim*).

separadas na realidade e na teoria econômica contemporâneas. A ação econômica passou a conceber-se cada vez mais dissociada dos sentimentos e juízos morais. A economia contemporânea apresenta, na interpretação de Sen, um “caráter conscientemente ‘não ético’”, não obstante se tenha historicamente originado como uma ramificação da ética (SEN, 1999, p. 18).

Sen lembra que Adam Smith, fundador da economia como ciência moderna, fê-lo como professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow, e observou também que, até meados da primeira metade do século XX, ética e economia eram disciplinas dialogantes entre si e interdependentes nos ambientes universitários. Contudo, já em 1930, Lionel Robbins inicia, contra toda uma visão relativamente consolidada, a deliberada contraposição de ambas as disciplinas, entendendo-as como dois campos de estudo logicamente inassociáveis. (SEN, 1999, p. 18; ROBBINS, 1945, p. 147-148).

Com efeito, conforme pondera Sen, há duas origens para a economia, as duas vinculadas à política, uma que a compreende no âmbito da “ética” e a outra, no da “engenharia”. Aquela vinculada à ética remonta a Aristóteles, para quem a economia é uma ciência a serviço dos “fins humanos”, à organização da vida em comum e ao bem-viver na *pólis* (cidade-Estado). A outra forma de interpretar a economia é caracteriza-se pela preocupação logística e pelo cálculo, voltados à manutenção do Estado abastecido de recursos e com as receitas e despesas em ordem. De certo modo, é possível fazê-la remontar também a Aristóteles,¹² pois esta seria uma dimensão também inalienável da economia. Mas no desenvolvimento contemporâneo desta perspectiva “engenheira”, a questão ética e os fins propriamente humanos são descuidados e restam em segundo plano (SEN, 1999, p. 19-22).

Sen pondera que o pensamento econômico que preza pelos fins humanos, portanto, éticos, também se ocupa de questões de “engenharia”. Nenhum modo de fazer economia é puro; contudo, a ênfase pode ser mais normativa e ética ou pode dirigir-se àquelas outras questões. Neste aspecto, Sen constatou que a ciência econômica contemporânea, sob o influxo da chamada “economia positiva”, fez sobrepor-se a análise e o cálculo econômicos às considerações éticas complexas. E mesmo alguns aspectos do “comportamento humano real”, que expressam variações éticas relevantes, são descurados, mesmo quando também são “fatos”, e não apenas “juízos morais” (SEN, 1999, p. 22-23).

¹² Uma outra importante obra antiga que representaria esta abordagem engenheira, segundo Sen, é a *Arthaśāstra* (do sânscrito: “instruções para a prosperidade material”), do indiano Kautilya, e escrito no século IV a.C.

Para Sen, a separação entre ética e economia dos tempos recentes tem prejudicado inclusive a própria economia. Ele critica duramente a tendência, predominante no ensino e na prática da economia, de compreender racionalidade estritamente como “maximização do autointeresse”. O próprio autointeresse compreende-se de modo bastante restritivo, referindo-se àquilo que cada indivíduo quer ou deseja para si, de modo que, por definição, a “visão da racionalidade como autointeresse implica [...] uma decidida rejeição da concepção da motivação ética” (SEN, 1999, p. 25; 31).

Sen questiona ainda se o assim-chamado “homem econômico” esse agente que buscaria apenas a realização dos seus próprios interesses pode ser a melhor representação do comportamento humano em questões econômicas. Naturalmente, pelo que já se disse acima, não pode haver dúvida de que a resposta de Sen é enfaticamente negativa, porém ele não pode deixar de lamentar que seja esta a postulação corrente na economia contemporânea.¹³

Uma questão relevante é saber se “existe ou não uma pluralidade de motivações” ou se o autointeresse é mesmo exclusivo na regência do comportamento humano. Sen argumenta que não há contraposição necessária entre autointeresse e preocupação coletiva pelas pessoas. Cita, como exemplo, grupos sociais de categorias profissionais e sindicatos, e ainda o caso do grupo familiar, onde muitas vezes o indivíduo faz “sacrifícios” pessoais para beneficiar o grupo onde está inserido. Constata-se uma combinação de condutas altruístas e autointeressadas nos diferentes grupos (SEN, 1999, p. 35; 36).

O mais surpreendente é que muitos consideram que essa concepção do agente e do agir econômicos, ou, mais longe ainda, essa visão do agente social humano, é especialmente tributária de Adam Smith. Contudo, ao estudar detidamente o pensamento de Adam Smith e a questão do autointeresse em sua obra, Sen observou argutamente que os economistas tendem a interpretar, de modo apressado e equivocado, os conceitos do pensador escocês. George Stigler, por exemplo, entende que em Smith a prudência governa a maior parte de nossas ações, mas confunde, inadvertidamente, prudência e autointeresse (SEN, 1999, p. 38).

Sen explica que, na obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, o próprio Smith define a *prudência* como “união” das duas qualidades: “razão e entendimento” e “autodomínio” (virtude inspirada nos estoicos, declaradamente por Smith). Nem é possível identificar igualmente

¹³ Sen exemplifica o caráter reducionista dessa postulação reportando o caso do “*ethos* japonês”, que é vivido num contexto de mercado livre, e ainda assim o comportamento autointeressado dá espaço a valores como lealdade, dever e boa vontade. E pondera que o argumento de alguns economistas “engenheiros” de que há “efeitos indiretos” originados desses *ethos* não justifica enquadrá-los como uma outra forma de autointeresse (SEN, 1999, p. 32; 34).

autointeresse com o autodomínio nem com o amor-próprio [*self-love*], importantes conceitos da filosofia moral smithiana. E Sen arremata, dizendo que Smith compôs sua filosofia moral buscando, dentre outros, inspiração na concepção estoica, de maneira que a “simpatia” e a “autodisciplina” tem importância central em sua ética.

Com efeito, afirma Smith na sexta e última edição de sua *Theory of moral sentiments*, publicada em 1790, ano de seu falecimento, que o ser humano “deve considerar-se não como um ente separado e desvinculado, mas como um cidadão do mundo, um membro da vasta comunidade da natureza”.(SMITH, 1984, p. 140) E ao contrário do que se suporia em uma representação frequente, e um tanto caricata, do agente social humano na obra do pensador escocês, ele acrescenta: “pelo interesse dessa grande comunidade, ele [o ser humano] deve, em todos os momentos, desejar que o seu mesquinho interesse próprio seja sacrificado”. (ibidem)

O que aprendemos com autores como Smith, pois, é radicalmente diverso do que sugere a apropriação mais comum de seu pensamento:

Ao atentarmos para a natureza da vida humana, temos razões para nos interessar não só pelas várias coisas que conseguimos fazer, mas também pelas liberdades que realmente temos para escolher entre diferentes tipos de vidas. A liberdade de escolher nossa vida pode contribuir significativamente para nosso bem-estar, mas, indo além da perspectiva do bem-estar, a própria liberdade pode ser vista como importante. A capacidade de oferecer razões e escolher é um aspecto significativo da vida humana. Na verdade, não temo obrigação de procurar apenas o nosso bem-estar, e cabe a nós decidir quais são as coisas que temos boas razões para buscar. (...) As liberdades e as capacidades das quais desfrutamos também podem ser valiosas para nós e, em última análise, cabe a nós decidir como usar a liberdade que temos. (SEN, 2011, p. 48-49)

Conforme bem reflete Sen, a teoria smithiana é ampla e complexa e seus admiradores e ditos seguidores preferiram interpretar o legado do mestre simplesmente como a demonstração da “natureza das trocas mutuamente vantajosas” e da eficácia da “divisão do trabalho”, enfim, de um comportamento econômico que pode supostamente aplicar-se “*sem* bonomia e *sem* ética”, ao passo que outras dimensões importantes de seus escritos morais e econômicos – nas quais têm lugar temas como o combate à fome e a política de ajuda aos pobres, a criação de direitos aos desprivilegiados, o reconhecimento das condições por vezes limitadoras que lhes impossibilitavam aspirar refinar seus talentos e cultura, a defesa da educação e da cultura da juventude como contraponto aos efeitos perversos da divisão do trabalho sobre o trabalhador – foram relegadas ao esquecimento por parte de muitos intérpretes contemporâneos. Para Sen, persistiu uma leitura não somente tendenciosa, mas reducionista e errônea de Smith. (SEN, 1999, p. 39).

Não há essa descoordenação, menos ainda, essa condição antitética na relação entre as obras econômica e moral de Adam Smith. Ao contrário, este é para Sen o estado da teoria econômica contemporânea, que bem poderia encontrar no legado smithiano respostas às suas próprias deficiências estruturais. O fato de não o fazer revela-se importante sintoma do estreitamento do pensamento econômico atual (SEN, 1999, p. 44). A abstração da perspectiva ética, na avaliação do pensador indiano, empobreceu a economia do bem-estar e igualmente prejudicou a economia prescritiva e preditiva.

Para Sen, por fim, a noção smithiana de “espectador imparcial”, essa representação, em nossa consciência moral, do juízo de um outro sobre nossas próprias ações, forçando-nos a buscar, diligentemente, alguma medida do que a humanidade espera de nós – para falarmos com Smith – oferece-nos hoje um recurso de grande alcance para considerarmos a questão da *objetividade* na avaliação da justiça:

Na busca de decisões deliberadas através da argumentação pública, há claramente fortes razões para não deixarmos de fora as perspectivas e os argumentos apresentados por toda pessoa cuja avaliação seja relevante, quer porque seus interesses estejam envolvidos, quer porque suas opiniões sobre essas questões lançam luz sobre juízos específicos – uma luz que poderia ser perdida caso não se desse a essas perspectivas a oportunidade de se manifestarem. (SEN, 2011, p. 74)

A noção smithiana de espectador imparcial permite que ultrapassemos não apenas a limitada perspectiva do autointeresse individual, mas ajuda-nos também – o que é tão relevante para o nosso tempo – a ultrapassar toda sorte de provincianismo ou paroquialismo na consideração do que motiva ou justifica a nossa conduta:

(...) uma das principais preocupações metodológicas de Smith é a necessidade de invocar uma ampla variedade de pontos de vista e perspectivas baseada em experiências diversas, distantes e próximas, em vez de se contentar com defrontar-se – de forma real ou contrafáctica – com outras pessoas que vivem no mesmo meio cultural e social, com o mesmo tipo de experiências, preconceitos e convicções sobre o que é razoável e o que não é, e até mesmo crenças sobre o que é viável e o que não é. A insistência de Adam Smith sobre a necessidade, inter alia, de vermos nossas opiniões de “uma certa distância” é motivada pelo objetivo de analisar não apenas a influência do interesse pelo benefício próprio, mas também o impacto da tradição e do costume arraigados. (SEN, 2011, p. 75)

CONCLUSÃO

Adam Smith pode ser considerado um dos fundadores do liberalismo clássico. Sua obra, a despeito das notáveis fluência e clareza do texto smithiano, tem articulação complexa e requer cuidadoso esforço hermenêutico para que se compreendam suas motivações e suas intenções. É acertado dizer que o pensador escocês vislumbrou certa forma de sociabilidade

engendrada pelas transações econômicas, a partir da qual se desenvolve uma nova sociedade, a *sociedade comercial*, capaz de gerar prosperidade material e, se bem governada, de estender essa prosperidade até as camadas mais baixas da população. A riqueza advém da oportuna e correta *divisão do trabalho*, que promove, de maneira inaudita, o aumento das forças produtivas do próprio trabalho.

Mas Smith também era realista o suficiente para perceber que esta sociedade comercial era passível de sofrer as mazelas da objetificação do ser humano pelo trabalho ou de subjugar-se pelos interesses dos grandes comerciantes e industriais. Para ele a economia, por si só, não seria capaz de resolver todas essas atrocidades causadas pela divisão técnica do trabalho e as injustiças resultantes de relações econômicas assimétricas, fundadas em condições iniciais profundamente desiguais.

Caberia ao Estado garantir, numa sociedade civilizada, que os trabalhadores pobres e os membros frágeis não fossem tão penalizados, porque submetidos a condições precárias de vida e trabalho. E, mais do que isso, o Estado, para além de suprir minimamente as necessidades da população, deveria dar-lhe condições de buscá-la por si mesmo, capacitando-o a obter os meios para uma digna existência.

Smith animou-se com a dinâmica de trocas comerciais e com o horizonte de progresso para o qual ela apontava. E entendeu a generalização das relações comerciais como a extensão da lógica do contrato até mesmo às questões materiais da vida social, atuando, pois, como índice de civilização. Contudo, mesmo a relação efetivamente contratual, a das trocas livres, justas e mutuamente vantajosas em uma sociedade civilizada, sempre necessariamente guiadas pelo princípio e pela virtude da justiça, não constitui a única forma possível de vida social para Smith – nem mesmo a melhor forma. Para o filósofo escocês, o estado mais satisfatório da vida social humana, aquele em que a vida humana floresce, realizando-se mais plenamente, é o da sociedade orientada pela virtude da caridade e da benevolência.

Evidentemente, a maneira mais convencional de se apresentar o pensamento de Adam Smith mostra-se incapaz de considerar essas sutilezas de seu pensamento. A abordagem neoliberal prefere tomá-lo como inspirador de uma sociedade baseada, por vezes, no oposto da concepção smithiana do ser e do agir humanos, justificando o comportamento egoísta e desmedido do indivíduo, que ali se apresenta como a causa motriz do sucesso e da prosperidade de toda vida econômico-social.

Como pudemos ver, Chomsky mostra-nos que o liberalismo smithiano considerava o *caráter das pessoas*, além de noções fundamentais como compreensão, solidariedade e o direito de controlar o seu próprio trabalho. Estas são categorias centrais do pensamento smithiano. Para Chomsky, os princípios do liberalismo clássico não apenas não se reconhecem, mas se contrapõem ao estágio contemporâneo da sociedade mercantil-capitalista e de seu universo simbólico, bem representado pela agenda político-econômica neoliberal. Autodeclarando-se um *anarcossindicalista*, Chomsky defende que os *princípios do liberalismo clássico* de Smith não encontram ressonância no dogmatismo neoliberal, mas sim nos *movimentos independentes dos trabalhadores* e nas práticas dos *sindicatos libertários*.

Por sua vez, Amartya Sen recorre a Smith para recuperar a questão humana fundamental para a economia política, que é a questão ética. A economia não pode desvencilhar-se da questão fundadora da Ética, tal qual nos é apresentada por Sócrates, e precisa ajudar a respondê-la concretamente: *como devemos viver?*

É preciso que nos lembremos da existência de outras fontes de “motivação e valoração” que levam as pessoas a agir, que não sejam apenas aquelas reconhecidas pela abordagem econômica convencional, e que se aplicam muito bem à imagem do indivíduo racional, porque autointeressado, utilitário e calculista. Não devemos limitar a descrição e predição da economia, elementos importantes na elaboração de políticas econômicas, ao estudo do comportamento humano em recorte tão limitado. Ademais disto, Sen defende que não apenas a economia pode beneficiar-se considerando a ética, como a ética pode enriquecer-se estreitando a sua relação com a economia.

Enfim, o estudo do rico legado smithiano deve considerar as sutilezas das continuidades e diferenças entre propriedade e convenção, amor-próprio e simpatia, o natural e social, o ético e o econômico. Para tanto, é preciso que nos movamos como Chomsky e Sen, e saibamos ouvir o que Adam Smith tem a nos ensinar.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Ana Maria e SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos. Adam Smith: filósofo e economista. UNISINOS. Instituto Humanitas Unisinos. **Cadernos IHU Ideias**. Ano 3, nº 35 (2005).

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 35, n. 111, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Natureza Humana**: justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault. Tradução Fernando Santos. Editado por Fons Elders. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as Pessoas?** Neoliberalismo e Ordem Global. Tradução Pedro Jorgensen Jr. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Para entender o poder**: o melhor de Noam Chomsky/Peter R. Mitchell & John Schoeffel. Tradução Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Réquiem para o sonho americano**: os 10 princípios da concentração de riqueza e poder. Trad. Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

DOCUMENTÁRIO (vídeo). **Réquiem para o sonho americano**: os princípios da concentração de riqueza e poder. Dirigido por Peter Hutchison, Kelly Nyks, Jared P. Scott (2015).

ELDERS, Fons. Noam Chomsky e Michel Foucault: um choque de paradigmas. In: **Natureza Humana**: justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 4(2): 9-36, jul./dez. 2000.

GUEDES. Édil. Economia. In: SÍVERES, Luiz; NODARI, Paulo César (organizadores). **Dicionário de cultura de paz**. Curitiba: Editora CRV, 2021 (Volume 1).

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

JEVONS, William Stanley. **A teoria da economia política**. Trad. C. Laversveiler de Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, Robertson de; GENNARI, Adilson Marques. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROBBINS, Lionel. **An essay on the nature and the significance of economic science**. 2nd Edition, revised and extended. London: Macmillan, 1945,

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Coleção Prêmio Nobel. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Trad. de Denise Bottman e Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations.** Editors R. H. Campbell, A. S. Skinner & W. B. Todd. Indianápolis: Liberty Fund, 1981, v. I & II. (estas edições são a reprodução fotográfica do primeiro e do segundo tomos do segundo volume de The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1979).

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments.** Editors D. D. Raphael, A. L. MacFie. Indianápolis: Liberty Fund, 1984. ((esta edição é a reprodução fotográfica do primeiro volume de The Glasgow Edition of The Works and Correspondence of Adam Smith, publicada originalmente por Oxford Press University, em 1979).